

**PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022****PROCESSO:** 06862/2018-3**RELATOR:** CONSELHEIRO RHOLDEN QUEIROZ**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**RESPONSÁVEL:** RAIMUNDO LACERDA FILHO**SESSÃO DE JULGAMENTO:** 07 A 11/03/2022 – PLENO VIRTUAL

**EMENTA:** CONTAS DE GOVERNO - Exercício de 2017. Despesas com pessoal acima do limite estabelecido no Art. 20, inciso III, alíneas a e b da Lei de Responsabilidade Fiscal, reconduzida ao limite legal nos termos do Art. 23 da referida norma infraconstitucional. Modulação temporal de efeitos. Demais ocorrências verificadas incapazes de prejudicar o contexto geral das contas. Parecer Prévio Favorável à aprovação das contas. Contas Regulares com Ressalvas. Recomendações. Notificações. Decisão por unanimidade de votos.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, reunido nesta data, em sessão ordinária virtual, dando cumprimento ao disposto no Art. 71, inciso I da Constituição Federal e consoante o referido pelo Art. 78, inciso I, da Constituição Estadual, apreciou a presente Prestação de Contas Anual de Governo do Município **ICAPUÍ, exercício financeiro de 2017**, de responsabilidade do Senhor **RAIMUNDO LACERDA FILHO**, e, ao examinar e discutir a matéria, por unanimidade de votos, **acolheu** o Relatório e o Voto do Conselheiro Relator, pela emissão de Parecer Prévio **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** das Contas de Governo ora examinadas, considerando-as **REGULARES COM RESSALVAS**, com as **recomendações constantes do voto**, submetendo-as ao julgamento político a ser realizado pela Câmara Municipal e dando-se ciência aos interessados.

Participaram, também, da votação os(as) Excelentíssimos(as) Conselheiros(as): Alexandre Figueiredo, Soraia Victor, Edilberto Pontes e Patrícia Saboya.

Vencida, em parte, a Conselheira Soraia Victor que, no tocante ao item “duodécimo”, votou pela regularidade com ressalva com fundamento na modulação temporal de efeitos de que trata o processo nº 12468/20187.

Transcreva-se e cumpra-se.

**SALA DAS SESSÕES DO PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de março de 2022.**

**Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior**  
Presidente

**Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz**  
Relator

**Fui presente**  
**Júlio César Rôla Saraiva**

**PROCURADOR DE CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL**

**PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022****PROCESSO:** 06862/2018-3**RELATOR:** CONSELHEIRO RHOLDEN QUEIROZ**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**RESPONSÁVEL:** RAIMUNDO LACERDA FILHO**SESSÃO DE JULGAMENTO:** 07 A 11/03/2022 – PLENO VIRTUAL**RELATÓRIO**

Versam os autos sobre a **Prestação de Contas de Governo do Município de Icapuí**, relativa ao exercício financeiro de **2017**, de responsabilidade do Sr. **Raimundo Lacerda Filho**, então prefeito municipal, encaminhada a esta Corte de Contas, para exame e parecer prévio, conforme art. 78, inciso I, da Constituição do Estado do Ceará.

O órgão instrutivo, por meio do Certificado n.º 00580/2018 (Seq. 118), apontou indícios de irregularidades.

A responsável apresentou, tempestivamente, defesas (Seqs. 122/138, 150/157 e 161/164).

Em reexame, a unidade técnica concluiu a instrução do feito, nos termos dos Certificados n.ºs. 675/2020 (Seq. 145) e 847/2021 (Seq. 167).

O Ministério Público de Contas opinou “**pela emissão de parecer prévio pela APROVAÇÃO COM RESSALVA desta PCG**, na forma do art. 1º, inciso III, e art. 42-A, ambos da Lei Estadual n.º 12.509/95” (Parecer nº 3691/2021, Seq. 170).

Constam dos autos Memoriais de Defesa (Seqs. 171/176).

É o relatório.

**VOTO**

**Preliminarmente**, é importante salientar que o exame das Contas de Governo, com a emissão de parecer prévio, constitui uma avaliação global das receitas e dos gastos públicos, das mutações patrimoniais dependentes ou não da execução orçamentária e uma apreciação macro do desempenho da máquina administrativa durante toda uma gestão.

Ademais, ressalte-se que o exame aqui empreendido não afasta o julgamento feito por esta Corte de Contas quanto aos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, ficando ressalvadas eventuais responsabilidades, objeto de apreciação específica em outros feitos.

A seguir, discorro sobre os aspectos analisados pelo órgão instrutivo, inclusive acolhidos como parte integrante deste voto, e que servem de base para nortear o juízo de aprovação, ou não, das contas ora apreciadas, dentre os quais merecem destaque:

## **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

### **1. ITENS REGULARES**

Os relatórios técnicos apontaram **regularidade** quanto aos seguintes itens:

#### **1.1 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A **prestação de contas foi enviada, tempestivamente**, pelo Chefe do Executivo à Câmara Municipal e, posteriormente, **validada** pelo Presidente desta Corte, em atendimento ao disposto no art. 42 da Constituição Estadual (Seq. 118).

Por meio de consulta ao sítio [www.icapui.ce.gov.br](http://www.icapui.ce.gov.br), **foi constatada a publicação em meio eletrônico** da PCG/2017, em atendimento ao Art. 48 da LRF (Seq. 118).

#### **1.2 DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

A **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** foram **tempestivamente** encaminhadas a esta Corte de Contas, nos termos da legislação de regência (Seq. 118).

Observou-se que a **LOA** contempla dotação destinada à Reserva de Contingência, estando **de acordo** com o que disciplina o inciso III do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o artigo 5º, § 6º, da IN 03/2000 desta Corte de Contas.

**Também foi comprovada a elaboração da Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa n.º 03/2000 do extinto TCM.** (Seq. 118).

#### **1.3. DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Foi comprovado que os **Créditos Adicionais Suplementares e Especiais** foram abertos em conformidade com a determinação contida no Art. 167 da Constituição Federal, e no Art. 43, § 1.º, inciso III, da Lei n.º 4.320/64 (Seqs. 118 e 145).

#### **1.4 DA DÍVIDA ATIVA**

##### **1.4.1 Da Dívida Ativa Tributária**

Os elementos constantes dos autos indicam que foram adotadas medidas administrativas visando a cobrança dos devedores da Fazenda Pública Municipal (Seqs. 118 e 145).

##### **1.4.1 Da dívida ativa não tributária**

Não constam pendências relativas à **inscrição e cobrança de Dívida Ativa Não Tributária** (Seq. 118).

## **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

### **1.5 DA RECEITA**

#### **1.5.1 Receita Orçamentária**

Confrontando-se a **receita orçamentária** arrecadada no exercício de 2017 (R\$ 76.832.550,85) com a receita orçamentária arrecadada no exercício de 2016 (R\$ 72.977.953,97), conclui-se que houve um **aumento nominal na arrecadação** da ordem de R\$ 3.854.596,88, representando um **acréscimo de receita de 5,28%** em relação ao ano anterior (Seq. 118).

#### **1.5.2 Receita Tributária**

A arrecadação da **receita tributária** própria alcançou a cifra de R\$ 6.316.272,34, **superando a previsão (R\$ 4.126.958,00) em R\$ 2.189.314,34**, o que representa um **superavit de 53,04%** em relação ao que foi planejado (Seq. 118).

#### **1.5.3 Receita Corrente Líquida**

Após a Defesa apresentada, ficou constatado que a **Receita Corrente Líquida** do Município, apurada pela Inspetoria, para o exercício financeiro em análise, **guarda compatibilidade** com o demonstrado no Anexo X do Balanço Geral e SIM (Seqs. 118 e 167).

### **1.6 DOS LIMITES LEGAIS**

#### **1.6.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Após as justificativas apresentadas, foi constatado que o Município **CUMPRIU** a exigência constitucional contida no Art. 212 da Constituição Federal, já que, no exercício de 2017, aplicou na “**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**” a quantia de **R\$ 14.407.668,32**, correspondente ao percentual de **39,00%** do total das receitas provenientes de Impostos e Transferências constitucionais e legais (Seqs. 118 e 145).

#### **1.6.2 Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Em relação às **Ações e Serviços Públicos de Saúde**, apurou-se que o Município despendeu, durante o exercício financeiro, o montante de **R\$ 10.708.045,88**, com as “Ações e Serviços Públicos de Saúde”, o que representa **30,93%** das receitas arrecadadas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, pertinentes ao disposto nos arts. 157 e 159, I, alínea “b”, e § 3º da CF/1988, **CUMPRINDO**, desse modo, o percentual mínimo de 15%, em observância ao inciso III do art. 77 do ADCT (Seq. 118).

#### **1.6.3 Do duodécimo**

**Os repasses mensais do duodécimo à Câmara Municipal** ocorreram dentro do prazo estabelecido no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal. (Seq.

**PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

118).

**1.7 DO ENDIVIDAMENTO****1.7.1 Das operações de créditos e garantias de avais**

Segundo os dados do Balanço Geral, corroborados pelas Informações do SIM, **o Município não contraiu Operações de Crédito nem Operações de Crédito por antecipação da Receita Orçamentária**, bem como, de acordo com os dados do RGF do último período, **não concedeu** garantias e avais no exercício (Seq. 118).

**1.7.2 Da dívida consolidada e imobiliária**

A **dívida consolidada mobiliária ficou dentro do limite** estabelecido pelo art. 3º, inciso II, da Resolução nº 40/01 do Senado Federal (Seq. 118):

DÍVIDA PÚBLICA R\$	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA R\$	LIMITE LEGAL (RCL X 1,2)	C/NC/P *
36.509.209,52	62.642.666,83	75.171.200,20	C

\* LEGENDA: C – CUMPRIU / NC – NÃO CUMPRIU / P – PREJUDICADO PORQUE NÃO DEMONSTROU

**1.7.3 Consignações previdenciárias ao INSS**

O Poder Executivo repassou integralmente, ao Órgão de Previdência (INSS), os valores consignados a título de Contribuição Previdenciária (Seq. 118).

**1.7.4 Do Órgão da Previdência Municipal**

Após a Defesa apresentada, restou comprovado que o Poder Executivo repassou integralmente os valores consignados a título de Contribuição Previdenciária em favor do Órgão de Previdência Municipal (Seqs. 118 e 145).

**1.7.5 Restos a Pagar**

Atinente aos Restos a Pagar, constatou-se que, apesar de a dívida fluante relacionada aos Restos a Pagar (R\$ 10.814.568,92) corresponder a 17,26% da RCL (R\$ 62.642.666,83), a inscrição de Restos a Pagar Processados no exercício (R\$ 1.624.649,75) representa 2,59% da RCL, percentual dentro do limite de aceitabilidade desta Corte de Contas;

Ademais, ao final do exercício, havia disponibilidade financeira suficiente (R\$ 2.909.996,92) para respaldar os Restos a Pagar Processados Inscritos no exercício (Seq. 118).

**1.8 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Seq. 118)**

Ficou constatado que os demonstrativos contábeis guardam harmonia entre si quanto aos resultados alcançados, quais sejam: Receita Realizada (BO x BF),

## **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

Despesa Empenhada (BO x BF), Despesa Paga (BO x BF), Restos a Pagar (BF x BO), Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa (BP x BF)

### **2 FALHAS QUE PODEM ENSEJAR RESSALVA OU DESAPROVAÇÃO**

**Foram identificadas, ainda, algumas falhas, as quais, em tese, podem levar à consignação de ressalvas ou até mesmo à desaprovação das Contas, quais sejam:**

#### **2.1 DA DÍVIDA ATIVA**

##### **2.1.1 Ausência de indicação nas notas explicativas do montante da Dívida Ativa**

Inicialmente constatou-se a ausência, em notas explicativas, dos dados relativos à movimentação da Dívida Ativa, informando a arrecadação, inscrição, cancelamento e prescrição, desconformando-se com o § 5º, inciso IV, alínea “a” do art. 5º da IN n.º 02/2013 do extinto TCM/CE (Seq. 118 e 145).

Em sua contestação, a Defesa, advogou:

De forma muito respeitosa, fazemos esse apontamento pois as Notas Explicativas tem a função de apresentar informações adicionais em relação às apresentadas nas demonstrações contábeis, através de narrações descritivas dos dados ali apresentados, podendo vir a facilitar a compreensão dos mesmos. Embora essa documentação requisitada esteja dentro do Processo de Prestação de Contas, como podemos comprovar, e como não era praxe essa cobrança, estamos incluindo também nas Notas Explicativas, atendendo a solicitação desta Diretoria de Informações, como facilmente pode ser constatado. Não obstante, reiteramos que tal ação se resume a reproduzir os dados já enviados em documento que trata especificamente dos dados da Dívida Ativa, em nada acrescentando a ação fiscalizatória da diligente Corte de Contas, como demonstramos na figura abaixo e estamos remetendo em anexo. (DOC 01.)

Em sede Reexame, a Unidade ratificou a ausência, sob o argumento de que “a Defesa não apresentou as notas explicativas e sim encaminhou a declaração de dívida ativa” (Seq. 167).

Em sua manifestação, O Ministério Público de Contas sugeriu recomendação “para que haja o devido cumprimento das normas regulamentares a respeito da respectiva e adequada demonstração, evidenciação e comprovação dos créditos em deslinde”.

**Nesse contexto, corroboro a Unidade Técnica e Parquet para recomendar à Administração Municipal que consigne em notas explicativas a movimentação dos saldos da Dívida Ativa.**

#### **2.2 DOS LIMITES LEGAIS**

##### **2.2.1 Das despesas com pessoal**



## **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

Constatou-se que **o Poder Executivo não cumpriu** o limite estabelecido no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal para o **Total das Despesas com Pessoal**, que atingiu **57,97%** da Receita Corrente Líquida - RCL (Seq. 118).

A Defesa aduziu, em suma, que, ao final do exercício de 2016, as despesas com pessoal já atingiram 57,17%, de forma que recebeu da administração anterior (2016) o limite extrapolado em nova gestão (2017 - 2020).

E complementou:

Já em relação ao exercício financeiro de 2017 ter findado com o gasto de pessoal extrapolado, como o PIB foi negativo no exercício de 2017, o município teria até o 1 quadrimestre de 2019 a retornar ao percentual legal, como demonstra a Certidão 509/2018, expedida ao Município de Icapuí, em 17 de maio de 2018.

Dessa forma verifica-se o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao gasto com pessoal, uma vez o Município ter retornado ao limite legal ao final do exercício de 2018, como podemos comprovar com os Relatórios de Gestão Fiscal do 1 quadrimestre de 2017 e o 3 quadrimestre de 2018, bem como a Certidão de n. 509/2018 já citada na justificativa. (DOC 5)

Diante do cenário, a Diretoria de Contas de Governo procedeu verificação quanto ao retorno ao limite legal, nos termos dos arts. 23 e 66 da LRF, constatando (Seq. 145):

Diante do exposto, verifica-se que o Poder Executivo conseguiu reduzir o seu percentual excedente de gastos com pessoal, proveniente do exercício de 2017, ao limite máximo aceitável pela Lei de Responsabilidade Fiscal (54%), no 3º quadrimestre do ano seguinte. Ressalta-se que ele também reduziu 1/3 no 2º quadrimestre do ano seguinte conforme determina este diploma legal.

Sendo assim, apesar da irregularidade, este item não é passível de desaprovação.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de contas destacou (Seq. 170):

[...] embora esta signatária considere a falha quanto à superação do limite legal das despesas com pessoal grave e determinante, por si só, para a desaprovação das contas, mas em respeito à autoridade e garantia de aplicação da citada decisão colegiada e aos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da uniformidade da jurisprudência deste Tribunal, opina-se, em consonância com o órgão técnico, pelo afastamento da presente irregularidade como potencial aspecto de desaprovação desta PCG, sem prejuízo de se realizar a devida reprimenda.

Em que pese o descumprimento do limite estabelecido configurar, *prima facie*, falha de natureza grave, este Tribunal, ao prolatar o Parecer Prévio nº 009/2019, referente às Contas de Governo do Município de Frecheirinha de 2013 (Processo nº 15672/2018-0), firmou entendimento de que, até a emissão de parecer prévio sobre as contas de 2018, a recondução prevista no art. 23 da LRF seria suficiente para justificar a superação do limite de despesas com pessoal estabelecido no art. 20, II, “b”, da LRF.

**PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

Dessa forma, o não cumprimento do limite de 54% previsto na LRF acarretará a desaprovação das contas, independentemente da recondução da despesa no prazo legal, somente a partir da apreciação das contas de governo do exercício de 2019.

No presente caso, após contatar que se operou a redução das despesas com pessoal aos padrões definidos **no art. 23** da LRF, o órgão instrutivo concluiu pela supressão da falha em função de precedentes desta deste Tribunal de Contas (Seq. 145).

**Com efeito, acolho as conclusões da Unidade Técnica e do Órgão Ministerial, para recomendar que se dispense maior acuidade em relação ao cumprimento dos limites estabelecidos pelo art. 20 da LRF para as despesas com pessoal.**

**2.2.2 Do Duodécimo**

Inicialmente, a Unidade Técnica relatou que foram repassados recursos financeiros ao Poder Legislativo Municipal, a título de Duodécimo, na cifra de R\$ **2.367.284,27**, sendo **R\$ 263.915,11** acima do Orçamento atualizado do Poder Legislativo (R\$ 2.103.369,16) e **R\$ 1.458,76 a Maior que o Limite constitucional (Seq. 118):**

Total dos Impostos e Transferências. – Exercício 2015	33.797.507,34
<b>Limite Constitucional - 7% da Receita (com base na população), EC n.º 58/2009)</b>	<b>2.365.825,51</b>
Orçamento da Câmara Municipal atualizado	2.103.369,16
Valor Repassado	<b>2.367.284,27</b>
<b>Valor Repassado a Maior do que a fixação orçamentária atualizada</b>	<b>263.915,11</b>
<b>Valor Repassado a Maior do que o Limite constitucional</b>	<b>1.458,76</b>

Em seu favor, a Defesa aduziu:

No exercício de 2017, ao contrário do exposto no relatório, o Poder Executivo de Icapuí, repassou ao Legislativo Municipal o valor de R\$ 2.365.825,51 (dois milhões trezentos e sessenta e cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), valor esse amparado pelo Decreto Municipal n. 030/2017 de 10 de Maio de 2017, na qual estabeleceu o limite de recursos financeiros repassados à Câmara Municipal em 2017, valor esse exatamente no limite regulamentado no inciso 1 do parágrafo 2. do Art. 29-A da Constituição Federal.

Devemos complementar que o Decreto 0021/17 de Julho de 2017 abriu um crédito suplementar ao Orçamento do Legislativo no valor de R\$ 262.456,44 (duzentos e sessenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro reais).

Por fim o valor repassado pela Câmara ao Executivo se refere à Devolução de Duodécimo Orçamentário de 2016, conforme Talão de Receita n. 21090002 em anexo, não trazendo nenhum prejuízo financeiro nem tão pouco, apropriação indébita e até mesmo crime de responsabilidade.

Em sede de reexames (Seqs. 145 e 167), a unidade técnica ratificou que, a título de Duodécimo, foram repassados R\$ 1.458,76 acima do limite constitucional, configurando, desta forma, o crime de responsabilidade previsto no inciso I do parágrafo



### **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

2º do art. 29-A da Constituição Federal, isto porque refutou os argumentos e comprovações da Defesa de que a diferença apontada “se refere à Devolução de Duodécimo Orçamentário de 2016, conforme Talão de Receita n. 21090002 em anexo, não trazendo nenhum prejuízo financeiro nem tão pouco, apropriação indébita e até mesmo crime de responsabilidade”. *sic*

Sobre o tema, em sua manifestação o Ministério Público de Contas discorreu (Seq. 170):

Ocorre que, embora o Órgão Técnico tenha mantido as falhas, este MPC, ao consultar o site oficial da Prefeitura de Icapuí, confirmou a existência do indicado Decreto nº 30/20172, o qual alterou a fixação do valor a ser repassado ao Poder Legislativo Municipal, estabelecendo, pois, como novo limite de recursos financeiros a serem transferidos no exercício financeiro de 2017 àquele Poder o montante de R\$ 2.365.825,51 (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), que era justamente o limite constitucional de 7%, bem como do Talão de Receita nº 21090002, referente à devolução, pela Câmara Municipal de Icapuí, ainda no exercício de 2017, do valor de R\$ 1.458,76 (um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos) do duodécimo repassado a maior.

Outrossim, conquanto a unidade técnica tenha observado que o referido talão de receita registra que a indicada devolução de repasse duodecimal se refira ao exercício de 2016, e não ao de 2017, motivo pelo qual não o acatou, nos parece que, *in casu*, salvo improvável coincidência de devolução de quantia de exato valor ao repassado a maior no exercício em exame, o mencionado registro como sendo alusivo ao exercício de 2016 corresponde a mero equívoco/erro de digitação, razão pela qual se acolhe o referido documento como válido e hábil a demonstrar a devolução do valor do duodécimo repassado a maior.

Nessa senda, em relação a idênticas falhas, este Tribunal tem como precedente o Parecer Prévio nº 44/2018 (Processo nº 24941/2018-1) em que elas foram entendidas como sanadas e que, inclusive, para tal fato e prática de repasse a maior com a posterior comprovação da devolução dos recursos excedentes, também houve a modulação temporal de efeitos estabelecida pelo Parecer Prévio nº 0032/2019 (Processo nº 12468/2018-7), onde, em respeito à jurisprudência do extinto TCM-CE e ao art. 28-D da LOTCE-CE, decidiu-se que só a partir de 2019 a devolução, ainda que extemporânea, não será mais aceita para mitigar essa irregularidade concernente ao repasse a maior do Duodécimo, e que essa conduta, por si só, será determinante para a desaprovação das contas.

[...]

Com efeito, demonstrado que a tese da modulação temporal de efeitos firmada no supracitado Parecer Prévio nº 32/2019 aplica-se ao caso em exame, esta signatária, ressaltando o entendimento pessoal em contrário, mas em respeito à autoridade e garantia de aplicação da citada decisão colegiada e aos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da uniformidade da jurisprudência deste Tribunal, opina pelo afastamento da presente irregularidade como potencial aspecto de desaprovação das contas, sem prejuízo de se realizar a devida reprimenda.

Adiro aos fundamentos do Parquet, aos quais adiciono ainda o entendimento firmado em precedentes deste Tribunal que, em homenagem à **primazia dos Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, mitigou a gravidade da**

## **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

**falha em situações assemelhadas, considerando a baixa materialidade dos valores repassados a maior.<sup>1</sup>**

**Destarte, considerando ainda a baixa materialidade da quantia que supostamente fora repassado a maior (R\$ 1.458,76), que representa apenas 0,067% (sessenta e sete milésimos por cento) do limite máximo constitucional (R\$ 2.365.825,51), descaracterizo a pecha.**

### **2.3 ENDIVIDAMENTO**

#### **2.3.1 Repasse a maior ao INSS**

Inicialmente relatou-se que o Poder Executivo repassou, **ao Órgão de Previdência (INSS)**, o valor de R\$ 9.117,08 acima do que foi consignado a título de Contribuição Previdenciária (seq 118).

Apesar de Defesa justificar que o repasse a maior se refere a valor retido em 2016 e recolhido em 2017, a Unidade Técnica ratificou a pecha sob o argumento de que o SIM evidencia apenas registros de valores consignados e repassados no exercício de 2017 (Seqs. 145, 167)

O Ministério Público de Contas manifestar-se “**pela aplicação de advertência**” (Seq. 170).

Com efeito, deixo de considerar a irregularidade como determinante para desaprovação das contas neste exercício de 2017, sem prejuízo de **recomendar** à Administração Municipal que implemente meios de controle a fim de evitar a ocorrência de inconsistências no SIM, a fim de reflita, de forma fidedigna, os resultados alcançados pelos registros das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

### **2.4 DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Mesmo após a defesa apresentada, restaram constatadas as seguintes ausências:

a) da norma que instituiu o órgão central do sistema de controle interno do poder executivo e que regulamentou o seu funcionamento;

**b) assinatura do responsável pelo Órgão de Controle Interno do Município no Relatório sobre a presente prestação de contas.**

**Em sua manifestação o Ministério Público de Contas, destacou:**

**07.** Concernente ao exame do Sistema de Controle Interno, observou-se que **não foi apresentada a norma que instituiu o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e que regulamentou o seu funcionamento**, legislação de apresentação obrigatória junto ao respectivo Processo de Prestação de Contas

<sup>1</sup> Pareceres Prévios: 125/2021 (10142/2018-0); 126/2021 (06948/2018-2); 169/2021 (34927/208-2); 196/2021 (12818/2018-8); 280/2021 (15735/2018-8); 77/2019 (12408/2018-0)

## **PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

de Governo, nos termos da IN nº 02/2013 do extinto TCM-CE.

Ocorre que, tendo em vista que o Relatório do Controle Interno, documento esse também de remessa obrigatória e exigido pela IN nº 02/2013-TCM, foi enviado e que ele, na prática, comprova a realização de atividades e o funcionamento do Sistema de Controle Interno no âmbito do Município, constata-se que, *in casu*, a referida falha quanto à ausência da supracitada norma **não se confunde com a grave irregularidade concernente à inexistência do devido Controle Interno** e que, portanto, **enseja apenas a devida ressalva e recomendação**, nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte de Contas, conforme Pareceres Prévios nº 027/2020, nº 032/2020, nº 040/2020, nº 044/2020, nº 052/2020 e nº 079/2020, entre outros.

**Nesse contexto, corroboro o entendimento do *Parquet* e recomendo à atual administração observância:**

a) às disposições constantes das orientações emanadas dessa Corte de Contas, especialmente no que se refere à necessidade de instituição e regulamentação do órgão de Controle Interno;

***b) às Instruções Normativas relativas à Prestação de Contas de Governo, encaminhando, em tempo hábil, toda documentação exigida, inclusive as normas instituidoras e regulamentares do Órgão Central de Controle Interno.***

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que o responsável não logrou êxito, através de suas justificativas, na exclusão da totalidade das falhas discurridas acima, entendo que alguns apontamentos devem ser mantidos e ensejam recomendações, de forma que não voltem a se repetir em futuros exercícios.

Noutro passo, em comunhão com o *Parquet*, reputo que as contas em análise devem ser **aprovadas com ressalvas**, especialmente em razão do cumprimento de todos os limites estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na LRF.

## **PARECER PRÉVIO**

Em conformidade com o exposto acima, considerando as falhas observadas ao longo da instrução, as quais não prejudicaram o contexto geral das contas, este Relator emite **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** das Contas de Governo do Município de **ICAPUÍ**, exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Sr. **Raimundo Lacerda Filho**, considerando-as **REGULARES COM RESSALVAS**, submetendo-as ao julgamento da Câmara de Vereadores, com **recomendações**, à atual gestão da referida municipalidade, para que envide esforços no sentido de:

Ativa;

1) **consignar** em notas explicativas a movimentação dos saldos da Dívida

2) **dispensar maior acuidade em relação ao cumprimento dos limites estabele-**

**PARECER PRÉVIO Nº 0091 /2022**

**cidos pelo art. 20 da LRF para as despesas com pessoal;**

**3) implementar meios de controle a fim de evitar a ocorrência de inconsistências no SIM de modo que reflita, de forma fidedigna, os resultados alcançados pelos registros das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais;**

**4) observar:**

a) as disposições constantes das orientações emanadas dessa Corte de Contas, especialmente no que se refere à necessidade de instituição e regulamentação do órgão de Controle Interno;

b) as Instruções Normativas relativas à Prestação de Contas de Governo, encaminhando, em tempo hábil, toda documentação exigida, inclusive as normas instituidoras e regulamentares do Órgão Central de Controle Interno.

**Por fim, cientificar o responsável acerca do Parecer Prévio emitido.**

Fortaleza, 07 de março de 2022.

*Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz*  
Relator